

ARTICULANDO *STAKEHOLDER*: PRODUÇÃO, CONSUMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ZONIN, Valdecir José. Doutorando do Centro de Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: valdecirzonin@terra.com.br.

PEDROZO, Eugenio Ávila. Doutor em Administração pelo *Institut National Polytechnique de Lorraine* (INPL), França, professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UFRGS.

E-mail: eapedrozo@ea.ufrgs.br.

ZONIN, Wilson João. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, professor do curso de Agronomia Unioeste (PR). E-mail: wzonin@yahoo.com.br.

RESUMO

O trabalho apresenta uma discussão sobre modelos de análise para novos padrões de produção e consumo, a partir de conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e suas implicações aos grupos, organizações e instituições envolvidas no contexto de uma nova economia institucional. Trata-se de mudanças de enfoques teóricos e práticos, norteadores de um processo de transição, multidimensional e multilinear, que envolve o desenvolvimento sustentável, o consumo sustentável e um novo arranjo institucional em rede, denominado *stakeholder*. A metodologia utilizada reflete o contexto de um estudo descritivo, de caráter hermenêutico, com a construção de esquemas analíticos decorrentes dessas interpretações. Mostra-se que o desenvolvimento sustentável é possível por meio de um consumo sustentável, de uma nova economia institucional contextualizada nos *stakeholder*. Compreende-se, na análise, a inseparabilidade e a complementaridade entre mudanças nos padrões de produção e consumo para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. A produção e o consumo sustentáveis necessitam visar: o bem comum da humanidade, a justa medida de intervenção na natureza – preservando a harmonia dos ecossistemas – e um consumo solidário.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; *Stakeholder*; Ensaio.

ABSTRACT

The paper presents a discussion of models of analysis for new patterns of production and consumption based on concepts related to sustainable development and its implications for groups, organizations and institutions involved in the context of a new institutional economics. These are changes of theoretical and practical approaches, guiding a multilinear and multidimensional transition process, involving sustainable development, sustainable consumption and a new institutional arrangement in a network, called *stakeholder*. The methodology reflects the context of a descriptive study, of hermeneutic character, with the construction of analytical schemes deriving from these interpretations. It is shown that sustainable development is possible through a sustainable consumption, a new institutional economics in the context of *stakeholder*. The analysis shows the inseparability and complementarity between changing patterns of production and consumption to a sustainable development perspective. The production and consumption need to address: the common good of humanity, a fair measure of intervention in nature, preserving the harmony of ecosystems and a solidarity consumption.

KEYWORDS: Sustainability; *Stakeholder*; Testing.

INTRODUÇÃO

No atual contexto mundial, não é mais relevante pensar o desenvolvimento econômico ignorando as dimensões: social, ambiental, cultural, política e ética. As recentes preocupações socioambientais nos remetem a questionar o paradigma predominante, fundamentado no consumismo e no produtivismo, pois suas consequências no planeta já estão bem evidenciadas. Pensar o desenvolvimento a partir dos ideais da sustentabilidade tornou-se o novo desafio, que visa reverter os principais impactos ocasionados pelas várias décadas de avanços econômicos sem limites.

O desafio do desenvolvimento sustentável – DS está no equilíbrio das dimensões: econômica, social, cultural, política e ética. O DS não significa uma volta ao passado, mas a busca do que, no antigo, era sustentável, dialogando com o novo, também sustentável, para apontar um novo rumo para o desenvolvimento.

Repensar os atuais padrões de produção e consumo é o caminho promissor para a sustentabilidade do desenvolvimento. Por isso, este artigo tem como objetivo investigar os apontamentos encontrados na literatura que fundamentam esses ideais, buscando interligá-los com os elementos chamados de eixos centrais, delineados na discussão final deste trabalho.

METODOLOGIA E RESULTADOS

O trabalho parte dos conceitos descritivos de desenvolvimento sustentável, consumo sustentável e *stakeholders* – SHs para a construção de esquemas analíticos de transição conceitual e prática, relacionando as atitudes que a sociedade, através de suas instituições e organizações de produção e consumo, pode adotar em diferentes circunstâncias.

Para facilitar essa compreensão, apresentam-se na sequência os principais dilemas sobre o desenvolvimento sustentável, abordando suas dimensões, abordagens nas tomadas de decisões, implicações no consumo, no marketing, para chegar ao contexto dos SHs. Posteriormente, discutem-se os resultados e tecem-se considerações finais.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

A construção dos conceitos sobre os temas DS e “sustentabilidade”, aprofundados pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMAD, da Organização das Nações Unidas – ONU (no relatório *Nosso Futuro Comum*), aclamado por indefinições e ambiguidades, tem servido como importante instrumental no desenvolvimento de uma “visão global”, quando relacionada ao futuro do planeta. Muito embora um marco importante nessa trajetória seja manifestado pelo Relatório Brundtland, de 1987, que apresenta uma visão conceitual mais bem aceita sobre sustentabilidade: “Suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas” (CMMAD, 1991).

O conceito de DS recebeu peso e maior destaque após a publicação da *World Conservation Strategy*, em 1980, e do relatório da WCED (1987), *Nosso Futuro Comum*. Desde então, muitas iniciativas têm sido tomadas numa tentativa de abordar os diferentes aspectos e desafios relativos ao meio ambiente. Assim, a influência do conceito tem aumentado significativamente em nível internacional quanto às políticas de desenvolvimento, tornando-se o elemento central de políticas para elaboração de programas dos governos, agências internacionais e organizações empresariais.

O termo DS passa a constituir-se num dos mais importantes desafios a serem enfrentados pela humanidade no século 21 (MUNASINGLE, 2002). Na visão desse autor, a sustentabilidade ajuda os decisores a centrar-se sobre a estrutura do desenvolvimento, em vez de apenas na magnitude do crescimento econômico (convencionalmente medido), sendo necessária a incorporação de preocupações ecológicas e sociais no processo decisório de recursos humanos na sociedade. Então, por que não dizer que, de certo modo, as análises sobre sustentabilidade e DS se remontam a partir de uma discussão que reúne visões ideológicas, institucionais e acadêmicas, numa ótica de transversalidade formada por um conjunto de análises epistemológicas e com percepção global? Por isso, a transdisciplinaridade é necessária, para tratar

de forma equilibrada a discussão entre desenvolvimento e sustentabilidade.

De fato, os desequilíbrios que ocorrem na sociedade, observados sob uma ótica sistêmica, promovem um desenvolvimento econômico insustentável, cujas realidades mais complexas requerem instrumentos de análise e uso da interdisciplinaridade, em que o foco quase exclusivamente econômico passe a incorporar as dimensões sociais, políticas, ambientais e éticas, na busca de um novo equilíbrio futuro, mais humano (PEDROZO; SILVA, 2000).

Dessa forma, passadas quatro décadas da publicação do famoso relatório do "Clube de Roma", publicado em 1968, que apontava os limites do crescimento econômico e a finitude dos "recursos naturais", quatro décadas da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia, que marca pela primeira vez a presença dos chefes de Estado na discussão destes problemas, e aproximando-se o final da segunda década da realização da Rio 92, segunda conferência mundial, que definiu as bases do DS, a Agenda 21, a Carta da Terra, o Protocolo de Quioto, entre outros acordos internacionais decorrentes, chega-se, enfim, ao contexto eminente da RIO + 20, evento que em 2012 pretende avaliar os avanços e entraves da construção das práticas globais e locais.

Dimensões: econômica, social, ambiental e ética

Se a sustentabilidade for objetivo principal, numa determinada situação caótica, em seguida, a ênfase recai sobre os caminhos que sejam economicamente, socialmente e ambientalmente duráveis ou resistentes (MUNASINGLE, 2002); no entanto, não necessariamente o crescimento deva ser otimizado.

O sistema econômico acaba voltando-se prioritariamente para a melhoria do bem-estar humano e usa como mecanismo principal o aumento do consumo de bens e serviços, fruto do processo de globalização, que tem transcendido fronteiras e subordinado milhões de pessoas à condição de pobreza absoluta (KAPLINSKY, 2000). Já o domínio do ambiente incide sobre a proteção da integridade e

resiliência dos sistemas ecológicos. Esse domínio induz que, à medida que se avança de uma lógica financeiro/econômica para uma lógica sustentável, as ações estratégicas organizacionais de crescimento em longo prazo devem possuir referencial de uma lógica sustentável (MARTINET, 2004).

Já a sustentabilidade, segundo o enfoque econômico, procura maximizar o fluxo de renda a ser gerado, muito embora a equidade e a pobreza sejam também questões fundamentais e, no geral, permeiam esses espaços econômicos (MUNASINGLE, 2002). Entretanto, a maior parte dos conceitos sobre o tema assume caráter integrativo, por meio de duas grandes abordagens: utilidade e durabilidade, onde, pelos resultados benéficos, a eficiência econômica desempenha um papel fundamental para garantir tanto a alocação eficiente dos recursos na produção, consumo e escolhas eficientes que maximizam a utilidade. Aqui fica claro que a sustentabilidade ambiental pressupõe a viabilidade global e a saúde dos sistemas ecológicos, em contraponto à degradação dos recursos naturais, à poluição e à perda de biodiversidade, que aumentam a vulnerabilidade, afetando a saúde do sistema ao reduzir a resiliência.

Ainda, a sustentabilidade social visa reduzir a vulnerabilidade e manter a saúde (resiliência, dinamismo e organização) dos sistemas sociais e culturais, e sua capacidade de resistir a choques (MUNASINGLE, 2002). Nesse sentido, a importância do fortalecimento do capital humano, por meio da educação, além do fortalecimento social, dos valores e das instituições (confiança e normas de comportamento), são aspectos essenciais.

O desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável passa pela capacidade humana em inovar na busca de soluções e ser generosa na distribuição dos resultados. Por isso, Sachs (2004) propõe uma economia baseada na ética, na ciência e na biodiversidade como fatores-chave para a superação da miséria, e a distribuição global do trabalho e das riquezas. Nessa visão de mundo, a biodiversidade, as biomassas e a biotecnologia servem de suporte à vida, em que alimentos e energias brotam do solo e dos mares, a ganância dá lugar ao equilíbrio

e governantes têm sonhos e metas centradas em políticas públicas.

Existem princípios e ideais da ética que são importantes para uma nova moralidade no desenvolvimento: trata-se da promoção do bem comum, da aproximação entre sujeito e objeto, da justa medida, da precaução, do cuidado, do respeito a todo ser, da tolerância necessária, de uma ética da solidariedade e da cooperação (BOFF, 2009).

Formas de abordagens e tomada de decisões

Ocorrem muitas abordagens e perspectivas de análise para o DS; no entanto, em termos gerais, elas se agrupam sobre dois pontos metodológicos fundamentais: i) inclusão ou exclusão da dimensão ambiental e ii) escolha da racionalidade utilizada (substantiva ou procedural), observando que, nesta ótica, não ocorre integração real entre economia e ecologia (FAUCHEUX, FROGER e NOEL, 1995). Para os autores, a abordagem puramente ecológica é tão radical quanto a econômica e vice-versa, já que ambas utilizam somente a racionalidade substantiva, cuja visão é restrita e ignora as necessidades mútuas.

Analisando abordagem sobre desenvolvimento econômico insustentável, Pedrozo e Silva (2000) enfocam três importantes correntes do tema DS: i) a corrente liberal direciona-se para uma resolução dos atuais problemas ambientais a partir da execução do direito de poluir (normatizado), com a cobrança de taxas ambientais para determinadas atividades agrícolas ou não; ii) a corrente culturalista sugere que o processo ambiental que esteja equivocado sofra mudanças culturais, ou seja, interfere-se nos hábitos dos que usufruem dos meios ambientais a que se destina a problemática; e iii) a corrente ecossocialista propõe que a defesa da sustentabilidade assuma postura de natureza ideológica.

A falta de clareza sobre as abordagens existentes, ora antagônicas, ora complementares, resulta em

ambiguidades, principalmente quando observada por parte das empresas (WAAGE *et al.*, 2005). Embora reconhecendo a dificuldade de sistematizar os espectros relacionados a definições e interpretações representativas ao tema, o *framework* da Figura 1 visa facilitar a compreensão acerca dos elementos característicos mais presentes, como os evolutivos, descrevendo-os e, ao mesmo tempo, diferenciando-os no processo de DS em permanente construção, ora se demarcando como elementos característicos de um passado que busca simplificar o próprio entendimento sobre DS, cuja referência inicial é concebida aqui a partir do tratado de Brundtland, ora se posicionando como um futuro complexo que requer contrapontos ao que não é concebido como característica de um DS almejado pela literatura discutida.

O processo de tomada de decisões demanda novas soluções para muitos problemas críticos, incluindo as questões de desenvolvimento tradicional (como estagnação econômica, a pobreza persistente, fome, desnutrição e doenças), bem como os desafios mais recentes (aprofundamento da degradação ambiental e acelerado processo de globalização). Por isso, existe a possibilidade de melhor conciliar a visão da ciência natural com as abordagens sociológicas e econômicas. Para Munasinghe (2002), podem-se usar relevantes indicadores econômicos, sociais e ambientais na análise política, como exemplo o uso de energia, na gestão de florestas, entre outros, quando se almeja de fato um desenvolvimento mais sustentável no longo prazo. Já Mebratu (1998) considera que os desastres ecológicos não estão associados de forma exclusiva como reflexos da sociedade industrial, e as evidências fortes dos laços históricos apontam para que os fatores ecológicos sejam os elementos essenciais para a ascensão e queda da civilização antiga e em duas grandes transformações sociais, designadamente, da agricultura e transformações industriais, contrariando-se, dessa forma, uma crença predominante.



Figura 1 – Framework Características evolutivas: DS.

Fonte: Elaborado pelo autores (2011).

De forma geral, há percepção de que a análise sobre DS é ainda generalista, embora holística, servindo como suporte a outras discussões que podem sucedê-la ou complementá-la, como é o caso do tema do consumo.

O consumo da nossa insatisfação

Analisando-se os aspectos relacionados à produção, Sanne (2005) aponta que Keines, em 1930, já percebia que as gerações futuras iriam resolver o problema da produção, de uma forma a atender à suficiência desejada por meio da capacidade produtiva, em que todos fossem desfrutar da vida com maior

lazer; no entanto, a distribuição distorcida poderia se tornar um problema de ordem política e não de falta de recursos. Essa evidência levantada no “passado” se traduz, na contemporaneidade, numa desculpa que continua por adiar uma adaptação a formas mais sustentáveis de vida, inexistindo consciência plena dos limites ecológicos.

Nesse sentido, para Sanne (2005), três atores principais servem como elementos para entender a problemática do consumo que, por vezes, não se sustenta: i) as empresas, como as principais organizadoras da produção, orientadas para a

obtenção do lucro, indiferentemente a que e como determinado produto é produzido, pressionando o consumidor pelo marketing e os governos para regulamentar as taxas e subsídios exigidos no geral na forma de *lobyn*; ii) a classe política, preocupada com a legitimação e o resguardo da sua posição no poder, ora articulada com a população, ora com as empresas; e iii) a população, de certa maneira, quando se manifesta, age como empregados ou consumidores contra as empresas e os cidadãos, contra a classe política (SANNE, 2005). Esse círculo virtuoso é mediado, no geral, pelos meios de comunicação e os sindicatos de classe.

Uma outra forma de conceber o consumo é por meio de uma ação muito mais do que comercial, denominada de *iceberg*, onde as pessoas parecem esperar que os outros, em particular as autoridades, definam as condições adequadas de agir de forma responsável, quando faltam, sobretudo, atitudes individuais que possam representar uma resposta de autoconsciência, capazes de dissociar necessidades de desejos e luxos, trabalho de lazer. Ou seja: para uma abordagem “racional” sobre o consumo, urge a distinção entre bens essenciais e não essenciais, (SANNE, 2005).

Há um notório descontentamento vivido pela sociedade, que pode ser caracterizado como uma “insatisfação organizada”, amplificado pela mídia e seus vínculos com interesses comuns e com as organizações empresariais (SANNE, 2005) – sobretudo por ser da natureza da mídia focalizar problemas, em vez de progresso, e de chamar a atenção para os perdedores e indivíduos em vez de vencedores e o coletivo.

Por vezes observa-se que o crescimento demográfico, a concentração, o aumento da riqueza, as mudanças tecnológicas, o aumento de expectativas e “consciência” mais elevadas são fatores que vêm afetando o impacto ambiental, em nome de gratificações instantâneas, retratando-se, aqui, a visão de curto prazo como prevalecedora (BUCHHOLZ, 1998).

Como já visto, embora a insustentabilidade do consumo se manifeste de diversas formas, como pela

manipulação de desejos, em que empresas vislumbram a ampliação de espaços econômicos, cada vez mais preocupadas com o controle das demandas; para Green & Foster (2005), a busca por novos e inovadores sistemas de fornecimento, que envolve novos processos, produtos, serviços e práticas de gestão, podem conduzir a humanidade a um CS.

A comunicação e o marketing no processo de consumo

O marketing traduz-se num processo de domínio do “positivismo” sobre as pessoas, em que a identidade é revelada pelo construtivismo social, interligado a ideias e valores, e que, em mercados fragmentados, cultura e consumo são constituídos mutuamente. Assim, a cultura é “negociada” e com significado mediado numa sociedade, influenciada por hábitos e identidades culturais tradicionais: família, educação, religião (SMITH, 2007). Ainda, a comunicação pode ser considerada como um processo em que os indivíduos compartilham significados, frequentemente renegociados, ora construídos, ora arbitrados.

Nesse enfoque, as decisões dos consumidores são baseadas muito mais em emoções não-lineares do que em cognições lineares e, segundo Smit (2007), o significado do consumo perpassa por uma visão de “conduto”, em que o emissor é ativo e o receptor, passivo. Assim, a afirmação que indivíduos consomem símbolos e não produtos se torna-se evidente.

De modo geral, os consumidores são parceiros na cocriação da essência da marca e importadores de significado além do mercado. Alguns autores, como Thompson (2002), condenam o marketing por diluir o significado da noção de valores; isso acaba sendo transcendido de conceitos éticos para estilos de vida e conotações aspiracionais; considera, ainda, que somos a soma das escolhas individuais. E essa visão é corroborada por Smith (2007), quando este aponta que a negociação entre identidade individual e coletiva está amarrada ao significado de “si próprio”, cujo particularismo do consumo faz da escolha de compra um ato de construção de identidade.

Muitas vezes, a escolha de marcas feitas em nossa autoimagem pode ser incoerente, inconsistente e contraditória, evidenciando, dessa forma, o paradoxo de consumo existencial, em que o comportamento “normal” pode ser modificável. Assim, hábito é algo “do momento”, incongruência entre consumo hedônico e consumo ambientalmente responsável, angústia existencial moderna: carne x direitos animais; conforto do carro x poluição (SMITH, 2007).

Os indivíduos, de forma geral, estão ativamente engajados no processo de formação do significado, em que o verdadeiro sentido é recebido e reconstituído ao invés de transmitido. Logo, para Smith (2007), a expressão da construção do significado simbólico possui três domínios: i) significado culturalmente negociado, transmitido, mediado; ii) significado explicitamente projetado e explicitamente simbólico de MKT; e iii) significado internalizado individual. Quando esses três domínios colidem ocorre o que o autor chama de paradoxo existencial do consumo existencial.

Consumo virtual: que horizonte é este?

O consumismo no contexto do meio ambiente é de relevada importância na atualidade e um dos grandes desafios ambientais mundiais, já que poucas leis o restringem (democracia, estilos de vida, crescimento dos mercados). Dessa forma, para Lin (2008), os mundos virtuais – MVs oferecem uma possível saída a essa situação.

Para o autor, o custo ambiental do consumo vem subindo acentuadamente, além de gerar escassez de recursos naturais, guerras, deslocamento econômico, desequilíbrio da distribuição de riquezas. A prática do consumo é tão forte que chega a ser chamada de “religião dos novos séculos”. Como exemplo, 16% da população norte-americana é compradora compulsiva (*mental disorder*) e, embora preconizado pelos economistas como natural, no geral não atende às necessidades mais básicas dos homens, podendo, ainda, subverter seus valores, devido à baixa correlação entre felicidade e riqueza material (LIN, 2008). No entanto, embora controverso em relação à

vida prática, o consumo racional, através da maximização da utilidade, pode simbolizar um caminho alternativo.

Consumir é comunicar (identidade, ideais, atitude), é diferenciar-se (*status*, estima e respeito), é emular (retroalimentar o ciclo do consumo), é consumo como transcendência, busca de prazer e aventura, romantizado por meio do objeto de compra (encantamento ou desencantamento), pela curiosidade e pelo fato de nunca saciar os seus desejos (LIN, 2008).

Entretanto, alternativamente, Lin (2008) propõe que o consumo virtual pode se dar por comunidades da internet que jogam virtualmente em redes, como é o caso da *second life*, espaço de entretenimento onde as pessoas constituem seus próprios *avatares on-line*. As pessoas conseguem perceber suas comunidades tão fortes quanto as reais. Assim, empresas, profissionais, instituições diversas podem usufruir positivamente deste espaço, como a criação de um capital digital, podendo preencher o prazer da compra, escolher, barganhar, construir. Porém, há de se considerar que o consumo virtual apresenta alguns riscos importantes: i) o consumo virtual pode alavancar o real; ii) há consumo real necessário para manter o virtual; iii) risco de desumanização, perda de afeto e valores; iv) escapismo; v) negligência do mundo real, incluindo a natureza; e vi) vícios inerentes aos próprios movimentos (LIN, 2008).

Framework: paradoxos do consumo

De qualquer forma, as mudanças necessárias direcionadas à obtenção da sustentabilidade e a um consumo que se sustente, perpassam, necessariamente pelos âmbitos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais, envolvendo os padrões e práticas de consumo discutidos. Nesse sentido, a Figura 2 (*Framework*) sistematiza a discussão até aqui realizada, a qual busca diferenciar elementos que se caracterizam como CS e insustentável, a partir da discussão da literatura acima discutida, o que servirá como guia para orientar a própria ação dos SHs, neste contexto.

No entanto, os paradoxos do consumo se

evidenciam por meio de polos extremos, que assumem características opostas em alguns momentos, diferenciadas e menos antagônicas em outros, em relação ao comportamento dos seres humanos.

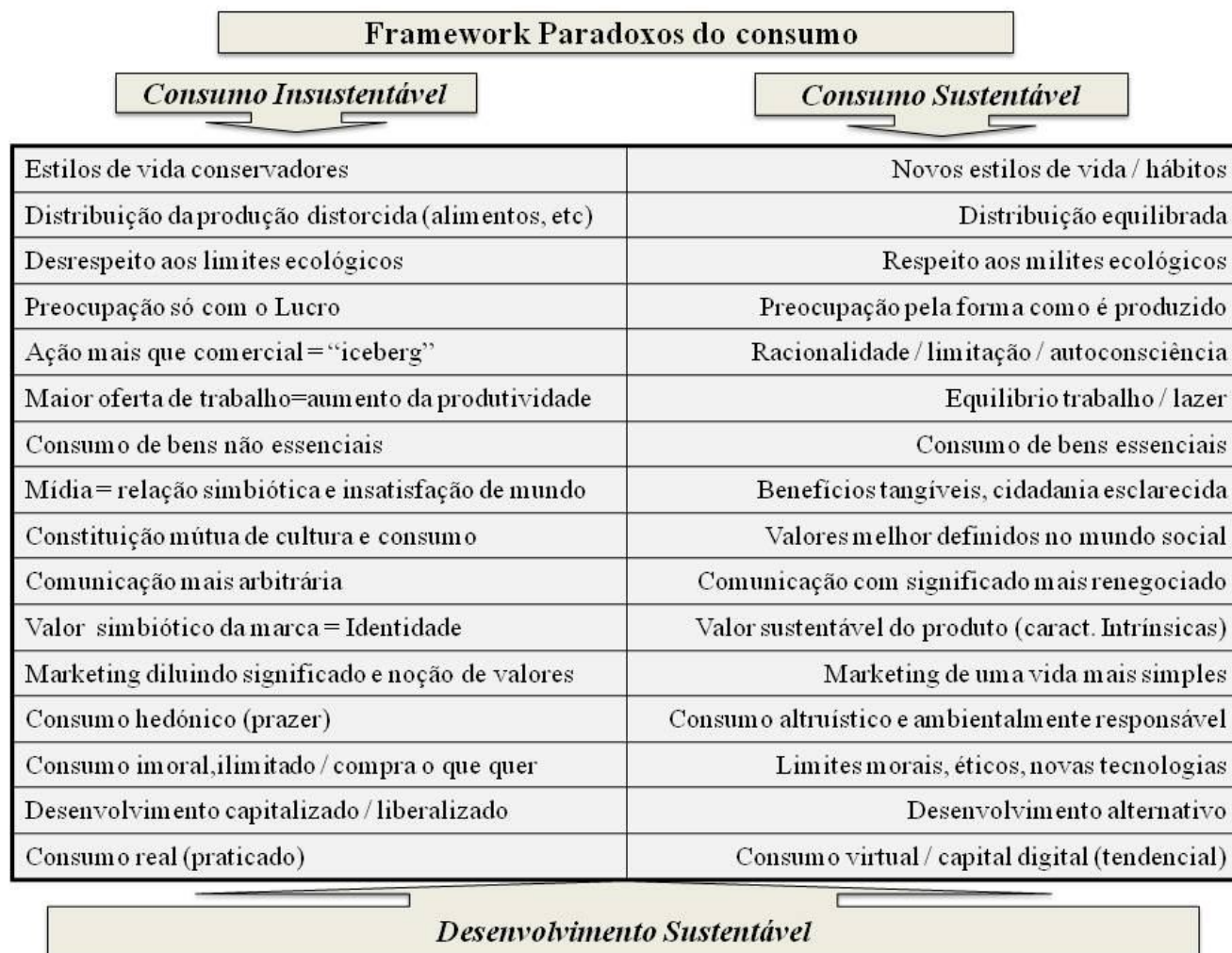


Figura 2 – Framework Paradoxos do consumo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2011).

Ainda, a discussão sobre CS se interliga com dinâmicas como as do sistema de produção e consumo de alimentos, com as cadeias de atividades humanas organizadas, ligadas à produção, processamento, transporte, venda, preparo e consumo dos alimentos e eliminação dos resíduos de tais atividades (GREEN & FOSTER, 2005).

Nesse sentido, a discussão dos *stakeholders* transcende um ferramental teórico-pragmático, na

sustentação de “ideais”, a fim de modificar características indesejáveis ao DS e CS.

Stakeholders: “externando pressões e interesses”

A discussão sobre *stakeholders* auxilia-nos entender dinâmicas relacionadas ao papel da sociedade como um todo, embora, reconhecendo-se a jovialidade desse tema no meio científico, já se pode inferir sua

relevância como interface para diversos contextos, aqui em especial fazendo uma conexão dialógica entre o DS e CS.

Um *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo que mantém uma “estaca” em uma organização (FASSIN, 2008), ou qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou ser afetado, quando da realização de um determinado objetivo, numa organização, chamando-os, dessa forma, como “requerente” e “influenciador” (FRIEDMAN, 1984). Invoca-se, assim, um olhar do ponto de vista das organizações, das empresas em especial, já que transcendem suas ações de produção à sociedade.

As diferenças conceituais sobre SH baseiam-se nas formas de interpretações gerenciais e legais. No entanto, é pertinente considerá-lo como poderoso dispositivo heurístico, destinado a ampliar a visão dos papéis administrativos (numa empresa) e responsabilidades, para além da maximização do lucro (FASSIN, (2008), propondo-se, assim, um modelo de análise mais ampliado em relação a Freeman.

Os SHs perpetuam nos ambientes internos das organizações (financiadores, clientes, fornecedores, funcionários) e nos ambientes externos (comunidade, sindicatos, governos, ambientalistas, mídia, críticos) (FASSIN, 2008). Por outro lado, no que tange aos seus atributos, principalmente de poder e legitimidade, os SHs podem ser considerados como: i) normativos, tendo obrigação moral, dever de lealdade com as partes interessadas; ii) derivativos, sendo os grupos ou indivíduos que podem prejudicar ou beneficiar a organização, mas com os quais a organização não tem, diretamente, obrigação moral; estes, de maneira geral, incluem os concorrentes, ativistas, terroristas e a própria mídia; iii) perigosos, considerados como “dormentes” em certos momentos, mas agindo como chantagistas em outros (FASSIN, 2008).

De forma geral, os SHs, quando concebidos nos ambientes de gestão, desempenham papel de influência, atenção, estratégia, mas também de obrigações, conhecendo o ambiente da empresa/organização em que atuam; por outro lado, quando tratados no ambiente legal/jurídico, possuem comportamentos:

requerente, reivindicatório, contratual, teóricos e de pressão, buscando o interesse econômico no núcleo da empresa/organização (FASSIN, 2008). Por isso, uma preocupação corporativa é como a organização lida com eles, e a visão principal é como tentam influenciar organizações.

Há vários direitos econômicos, sociais e desafios ecológicos envolvidos quando se preconizam soluções relativas à sustentabilidade empresarial, bem como aos tipos de influências que os “interessados” exercerão sobre a sustentabilidade de uma empresa (SHARMA e HENRIQUES, 2005), pois, na prática, transcendem as fronteiras organizacionais, exigindo da empresa a tomada de conhecimento sobre intervenientes externos e internos e as formas como essas manifestações, pressões, se manifestam.

A teoria de SH pode assumir caráter gerencial por meio de atitudes, estruturas e ações quando tratar da gestão de SHs, podendo-se ainda descrevê-la como multifacetada, multiobjetiva e como fenômenos complexos (STEURER, 2006). Por isso, o diálogo desenvolvido com as “partes interessadas” (SH), além de métodos participativos, em geral, desempenha um papel importante para: i) a combinação de credibilidade científica com a relevância social, nas decisões políticas e de gestores ambientais, ii) a criação de oportunidades para percepção confrontação e discussão de diferentes visões de mundo, iii) as negociações abertas com os SHs e iv) as interações *stakeholders*-organizações (VEJA, 2008). Logo, o diálogo com os SHs facilita alcançar credibilidade científica e reconhecimento, comunicar as próprias incertezas geradas nos processos, possibilitando a produção de resultados socialmente mais relevantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO FINAL

O principal desafio a se considerar é maior do que simplesmente polarizar a discussão – mais sustentável ou menos sustentável –, mas entender, dentro do possível, os principais elementos e princípios apontados na literatura e que se constituam em eixos centrais, dentro dessa análise.

Num primeiro instante constata-se que os SHs

podem assumir abordagem mais próxima à gestão e, assim, posicionarem-se como influenciadores, pragmáticos, derivativos, de visão ampla, entre outros, ou ainda assumir uma abordagem mais “legalista” e se portarem como requerentes, reivindicativos, normativos e guiarem-se na busca pelo direito. Essas posturas identificadas por Fassin (2008) podem auxiliar os SHs para sua ação junto à sociedade, seja em prol de CS ou DS, conforme descrito nas Figuras 1 e 2 do presente estudo.

No entanto, os SHs são verdadeiros atores presentes na sociedade e podem ser considerados como elemento-chave nos processos decisórios, principalmente na elaboração de metas explícitas de aprendizagem nas experiências em transição, como: auxiliar decisores políticos. Por exemplo, em processos de transição para a sustentabilidade, aponta-se que as soluções para reduzir o impacto do homem no meio ambiente não podem ser obtidas apenas por inovações tecnológicas, mas exigem transformações socioculturais e institucionais de apoio mútuo (KERKHOF; WIECZOREK, 2005), um papel que pode ser desenvolvido pelos SHs.

A discussão sobre DS surge sempre como um novo paradigma, capaz de estruturar o crescimento econômico, dentro dos limites naturais. Assim, seguindo essa ótica, Buchholz (1998) diz que algumas preocupações passam a permear a própria ciência e questiona: i) é possível reduzir o consumo?; ii) é possível manter as corporações e ao mesmo tempo reduzir o consumo?; iii) é possível direcionar os recursos produzidos pelo consumo a atividades sustentáveis?; e iv) é a redução do consumo um paradigma impossível atualmente?

Levando em conta a revisão teórica e a discussão feita até aqui, é natural que as respostas para essas perguntas sejam complexas; no entanto, necessários se fazem a sua construção, o seu debate, para que se possa desenhar um horizonte mais sustentável, sob

os mais diversos pontos de vista. No entanto, para um consumo mais sustentável, o enfrentamento das questões requer uma análise sistêmica, inter e transdisciplinar, capaz de adentrar nos nossos modos e estilos de vida, perpassando pela divisão da produção, racionalidade, autoconsciência e valores, mas discutindo, ainda, que modelo de desenvolvimento se pretende alcançar.

De outro modo, para um desenvolvimento mais sustentável, além das análises inter e transdisciplinares, como eixos centrais, é possível destacar a necessidade de uma compreensão e importância acerca da coerência lógica e influência dos conceitos mais atenuados na contemporaneidade, os tipos de focos de negócios, os estudos sobre os recursos naturais e a biodiversidade, a resiliência dos sistemas ambientais e sociais, a vulnerabilidade e complexidade dos sistemas e ambientes, os quais, de maneira geral, podem ser percebidos na Figura 3.

No entanto, buscando responder a alguns questionamentos próprios, vale destacar a afirmação de Buchholz (1998, p. 880), quando diz que "existe a necessidade de uma nova ética para fornecer os limites morais do consumo e do investimento em novas tecnologias e serviços ambientais, e promover um desenvolvimento alternativo". A partir dessa necessidade, interessa considerar que, ao se discutir CS, a literatura estudada permite a realização de algumas análises interligadas aos temas DS e à teoria dos SHs, sem os quais o estado tem dificuldade de reger comportamentos de sustentabilidade frente às mais variadas organizações (WAAGE *et al.*, 2005). Logo, é a partir dessa interface que se podem unir valores como: estilos de vida, limites ecológicos, limites morais, entre outros.

Analisando-se o contexto geral, sugere-se que a abordagem a ser utilizada pelo conjunto dos SHs tenha como orientação os elementos centrais discutidos nos processos de CS e DS, apresentados na Figura 3.

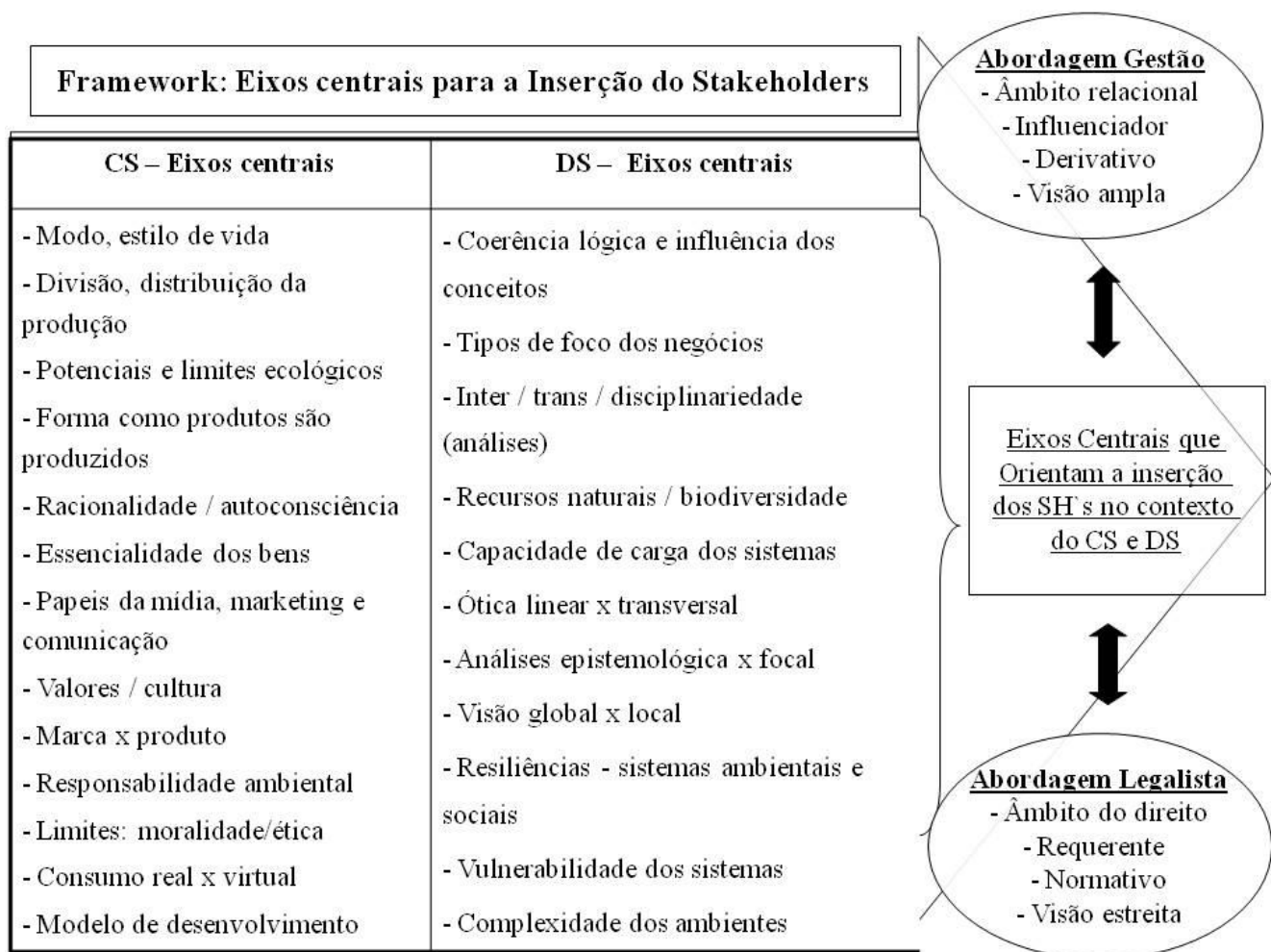


Figura 3 – *Framework* Eixos centrais para a inserção dos stakeholders.

Fonte: Elaborado pelos autores (2011).

Para a promoção do DS e CS, tanto em sistemas ecológicos quanto para os socioeconômicos, o enfoque central está em melhorar a saúde dos sistemas e sua capacidade dinâmica de adaptação à mudança, no espaço e no tempo, ao simplesmente conservar algum “estado ideal”, estático (MUNASINGHE, 2002). Observando cuidados ao lidar, sobretudo, com os problemas de incerteza, irreversibilidade e não-linearidade em escala global.

O DS ainda pode ser guiado por uma abordagem com enfoque ecológico/econômico numa visão de racionalidade instrumental (tentar não aumentar a racionalidade substantiva, mas, sim, a procedural),

propondo-se a substituição da maximização do “prazer” pela “necessidade”, a não-redução de todos os valores a bases monetárias, considerando ainda fundamental a opção pelas decisões satisfatórias (não ótimas) (FAUCHEUX, FROGER e NOEL, 1995). Como saída para um DS, aponta-se ainda a melhoria da resiliência dos sistemas sociais, aderindo-se a princípios condizentes aos direitos humanos, à transparência no processo de tomada decisão e na reinvestidura no capital social, já que a biodiversidade e a produtividade biológica podem mostrar extrema variação espacial e temporal, sustentáveis ou não em diferentes locais, requerendo-se capacidades

preparadas para responder às adversidades. Aqui, o papel dos SHs pode ser chave e passa pelo entendimento dos princípios que fundamentam a discussão como um todo e nos eixos centrais de cada debate, segundo a literatura abordada neste estudo.

Além disso, a simbiose industrial (integração industrial) pode ser um caminho capaz de promover, por meio da ecologia industrial, novos padrões de produção, em que a produção mais limpa e as políticas de prevenção de poluição sejam a ordem dos novos padrões, para um consumo que autossustente (ERKMAN, 1997). Sem desmerecer a importância, é claro, da desmaterialização da economia e da descarbonização das formas de produção de energia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia central perseguida neste trabalho foi realizar interação entre os temas DS, CS e os SHs. Fruto dessa interação, uma primeira consideração aponta para a existência de um conjunto de elementos centrais, a serem considerados quando da ação dos SHs em relação ao DS e CS.

De forma geral, pode-se afirmar que é dessa relação (SH x CS), entre outras, que o próprio DS também é dependente. Uma vez que os eixos centrais discutidos estão interligados ao modelo de desenvolvimento que se almeja, mais ou menos sustentável, capitalista ou alternativo. Por outro lado, há uma diversidade de elementos centrais apontados para a lógica de um DS, passível de serem considerados para um horizonte mais ou menos sustentável.

No entanto, não há DS sem um consumo que se sustente. Portanto, é possível assumir que existe uma ótica de complementaridade e inseparabilidade na análise e entre os elementos centrais, embora não alinhados de forma sistemática, os quais podem ou não serem considerados pelos SHs em suas ações cotidianas junto às sociedades.

O *framework* (Figura 3) é uma ferramenta que, além de sintetizar o debate desenvolvido na análise deste trabalho, pode servir como orientador na ação dos SHs em suas “pressões” e “interesses” que

desenvolvem em prol de um mundo mais sustentável, servindo, também, para unir essas importantes discussões acadêmicas e científicas à pesquisa e ensino, as quais se interligam com debates como da ecologia industrial e as redes de inovação, que contribuem para o DS e o CS e ainda para as decisões em nível de empresas e organizações de um modo geral, quando buscam associar suas estratégias às questões de princípios, nos eixos centrais.

Por fim, pela amplitude desta proposta, sugere-se que estudos futuros ampliem a compreensão teórica, bem como se busque aplicação do conjunto de elementos encontrados na Figura 3, em casos práticos, nos ambientes sociais, econômicos ou ambientais, o que, por certo, pode contribuir para novas discussões sobre os desafios da sustentabilidade do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BANERGEE, S.B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, n.2: 143-180. 2003.
- BOFF, L. **A opção terra: a solução para a terra não cai do céu**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BUCHHOLZ, R. A. The Ethics of Consumption Activities: A Future Paradigm? **Journal of Business Ethics**, v.17, p. 871-882, 1998.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso futuro comum**, 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ERKMAN, S. Industrial ecology: an historical view. **Industrial Maturation Multiplier**, v. 5, n. 1-2, 1997.
- FAUCHEUX, S; FROGER, G; NOEL, J. F. What Forms of Rationality for Sustainable Development?

The Journal of Socio-Economics, v. 24, n.1, p.169-209, 1995.

FASSIN, Y. The Stakeholder Model Refined. **Journal of Business Ethics**, v. 84, p.113-135, 2008.

FRIEDMAN, A. L. Developing Stakeholder Theory. **Journal of Management Studies**, v. 39, n. 1, 2002.

GREEN, K. FOSTER, C. Give peas a chance: Transformations in food consumption and production systems. **Technological Forecasting & Social Change/Elsevier**, v. 72, p. 663-679, 2005.

KAPLINSKY, R. Globalisation and unequalisation: What can be learned from value chain analysis. **The Journal of Development Studies**; v. 37, 2. p. 117, 2000.

KERKHOF, M.; WIECZOREK, A. Learning and stakeholder participation in transition processes towards sustainability: Methodological considerations. **Technological Forecasting & Social Change – Elsevier**, v.72, p. 733-747, 2005.

LIN, A. C. Virtual Consumption: A Second Life for Earth? **Brigham Young university Law Review – Lin. Fin.**, v.47, p.81-114, 2008.

MARTINET, A.; REYNAUD, E. **Stratégies d'Entreprise et Écologie**. Paris: Economica, , 165p, 2004.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v.18, p. 493-350, 1998.

MUNASINGHE, M. The Sustainomics trans-disciplinary meta-framework for making development more sustainable: applications to energy issues. **International Journal of Sustainable**

Development, v. 5, n.1/2, p.125-182, 2002.

MIRATA, M; EMTAIRAH, T. Industrial symbiosis networks and the contribution to environmental innovation: the case of the Landskrona industrial symbiosis programme. **Journal of Cleaner Production**, n. 13, p. 993-1002, 2005.

PEDROZO, E. A.; SILVA, T. N. O Desenvolvimento Sustentável e a Abordagem Sistêmica. **Revista Eletrônica de Administração (READ)**, v.6, n.6, 24p, 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Garamond. Rio de Janeiro, 2004.

SANNE, C. The Consumption of our Discontent. **Business Strategy and the Environment**, DOI: 10.1002/bse.489. 14, p.315-323, 2005.

SHARMA, S.; HENRIQUES, I. Stakeholder Influences on Sustainability Practices in the Canadian Forest Products Industry. **Strategic Management Journal**, v. 26J, p.159-180, 2005.

SMITH, T. The existential consumption paradox: an exploration of meaning in marketing. **The Marketing Review**, v. 7, n. 4, p. 325-34, 2007.

STEURER, R.; LANGER, M. E.; KONRAD, A.; MARTINUZZI, A. Mapping stakeholder theory anew: from the stakeholder theory of the firm to three perspective on business-society relations. **Business Strategy and the Environment**, v.15, p.55-69, 2006.

THOMPSON, M. 'Marketing virtue' Business Ethics. **A European Review**, v. 11, n. 4, p. 354-62, 2002.

VEGA-LEINERT, A. C.; SCHROTER, D.; LEEMANS, R.; FRITSCH, U.; PLUIMERS, J. A stakeholder dialogue on European vulnerability. **Reg.**

Environ Change, v. 8, p.109-124, 2008.

WAAGE A.S.; GEISER, K.; IRWIN, F.;
WEISSMAN, A.B.; BERTOLUCCI, M.D.; FISK,
P.; BASILE, G.; COWAN, S.; CAULEY, H.;

McPHERSON, A. Fitting together the building
blocks for sustainability: a revised model for
integrating ecological, social, and financial factors
into business decision-making. **Journal of Cleaner
Production**, v. 13, 1145-1163, 2005.

RECEBIDO EM 15/6/2011

ACEITO EM 10/7/2011